

CIDADES EM SANTA CATARINA NOS ANOS 30 E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA: *Possibilidades para pesquisa em história*

*Cynthia Machado Campos**

Resumo

O urbano pode ser pensado numa perspectiva institucional. Esta é a questão central colocada para este artigo. Desta forma, as práticas levadas a efeito nas instituições disciplinares de assistência no Governo Nereu Ramos, como em hospitais, prisões e casas para menores, tiveram seus efeitos para além de seus muros isoladores, atingindo o movimento da cidade e configurando seus espaços numa nova dinâmica.

Palavras-chave: Assistência, cidades, disciplina.

Este trabalho problematiza o urbano numa conexão com as instituições de assistência. Partindo de hospitais, prisões e casas para menores, buscou-se acompanhar o movimento das cidades, levando em conta que políticas assistencialistas tiveram amplitude para além do âmbito institucional. O espaço urbano catarinense foi pensado como lugar de confrontos socioculturais, e também como lugar de in-

*Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem escrito trabalhos na área de História procurando estabelecer diálogos com a Literatura. Seu interesse de trabalho dirige-se para a História Cultural. É Mestre em História pela PUC e Doutora pela UNICAMP. Morou na Alemanha durante um ano e meio onde fez estudos na Universidade Livre de Berlim. Pesquisou em diversos arquivos alemães. Atualmente trabalha com o tema etnias e linguagens nas cidades do Sul do Brasil.

tervenções estatais. Instituições criadas pelo governo de Santa Catarina entre os anos de 1935 a 1945 fizeram parte de um movimento unificador, fundado no princípio de que seria necessário colocar fim às diversidades urbanas. O urbano foi tomado como lugar de manifestações de resistências, traduzidas na atuação de grupos culturais distintos, que vivenciaram histórias diversas. Por esta razão conceberam distintamente a configuração do espaço da cidade.

A pesquisa partiu do acompanhamento do movimento das cidades, problematizando o urbano na sua relação com as instituições de assistência. Na abordagem foram tomadas representações acerca do urbano, num confronto de textos com diferentes versões. As falas foram consideradas manifestações de grupos ou agentes que evidenciaram um lugar social. Partindo-se de uma investigação acerca de estratégias educativo-assistencialistas, levadas a efeito nas instituições catarinenses durante o período 1935-1945, foram acompanhadas as intervenções desencadeadas, no sentido de ordenar o espaço conforme exigências de uma modernidade regeneradora que buscava se afirmar no Sul do Brasil naquele momento.

A ênfase no período da interventoria de Nereu Ramos, particularmente no Estado Novo, possibilitou constatar que uma série de investimentos de caráter institucional teve lugar nas cidades, no sentido de consolidar dispositivos de afirmação do Estado, resultando na eliminação de formas de organização dispersas e relativamente autônomas de grupos sociais diversos. Foi um momento particular de gerenciamento de uma diversificada campanha nacionalizante e homogeneizadora, que, sob a argumentação da necessidade da consolidação da nação, investiu incisivamente num reordenamento urbano e social.

O assistencialismo foi tomado em sua dimensão mais ampla, incluindo transformações operadas na área da saúde.

de, higiene e educação, bem como investimentos realizados em instituições de isolamento. Procurou-se relacionar tais práticas com o projeto de modernização das cidades e industrialização de Santa Catarina, associados à edificação da nacionalidade brasileira, nos moldes centralizadores e totalizantes do Estado Novo.

O procedimento adotado foi acompanhar imagens que discursos da época difundiram e possibilidades de incorporação das imagens pelos habitantes das cidades, ocupando o lugar onde se confundem proposições reais, simbólicas e imaginárias.

Tomando a obra assistencialista implantada no governo Nereu Ramos como parte de um amplo projeto de caráter educativo, que também atingiu a imprensa catarinense, ficou evidente que tal projeto pretendeu reforçar a construção de uma identidade homogênea entre a população das cidades de Santa Catarina, promovendo a integração e unificação. O investimento educativo levado a termo nos anos 30-40 causou impacto junto aos habitantes das cidades, produzindo efeitos direcionados para modificações na relação que estes estabeleceram com as cidades.

Vínculos entre o investimento educacional desencadeado nas cidades catarinenses, e as necessidades de constituição de um perfil de cidadão brasileiro, foram observados. Isto porque, conforme registros discursivos e imagens então construídas, o cidadão catarinense deveria constituir-se tal qual delineamentos em torno de um habitante ideal para regiões em processo de industrialização e crescimento urbano. Desta forma a imprensa, bem como as instituições de caráter educativo-assistencialista - escolas, hospitais, casas de detenção, hospícios, casas para menores -, criadas ou reformadas durante o governo Nereu Ramos, tornaram-se veículos úteis para a formação de um tipo de cidadão-trabalhador necessário como mão-de-obra para pro-

dução industrial. O assistencialismo foi uma das vertentes através das quais afirmaram-se, sobre os catarinenses, dispositivos capazes de interferir, categoricamente, na normatização de suas condutas.

Paralelamente à afirmação da indústria e a tendência à generalização do trabalho assalariado, que vinha superando formas de produção artesanal e familiar, a população catarinense empreendeu um movimento de fixação nas cidades, provocando sua expansão¹. Governo e elites, diante do inchamento representado pela chegada das populações de outras regiões² e influenciados por novos referenciais das grandes cidades brasileiras, trataram de remodelar os espaços urbanos, dando a estes configurações modernas. Investiram em serviços de água encanada e esgoto, energia elétrica, linhas telefônicas³, abertura e calçamento de ruas e avenidas, ajardinamento de praças e intensificação de serviços de limpeza pública. Ao mesmo tempo, promoveu-se um reordenamento social, delimitando-se espaços de convívio diferenciados para a população. Desencadearam-se investimentos em instituições diversas, que promoveram separações e isolamentos entre as populações, bem como uma espécie de classificação da mesma.

Junto com a expansão industrial efetuou-se o reordenamento social, passando pela modernização das cidades de Santa Catarina. A modernização concretizou-se por um processo de ocupação, pelas populações do interior, das principais áreas urbanas ou industriais. As maiores cidades catarinenses no momento - Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lages, Itajaí, Araranguá e Tubarão -, todas possuidoras de uma população que girava em torno de 40 a 60 mil habitantes, se diferenciavam tanto na configuração urbana quanto no que se refere à conservação de tradições culturais. As diferenciações eram atribuídas, pelos discursos da época, ao processo ocupacional, que não obedecera nenhum critério

de distribuição racional do espaço. Tais discursos argumentavam que as cidades teriam se constituído em razão de políticas de ocupação espacial, adotadas para atender muito mais às contingências momentâneas do que propriamente qualquer tipo de política de unificação cultural.

Tais políticas teriam se vinculado a medidas adotadas em épocas distintas, que estariam ligadas a lutas travadas ou contra ameaças de perda de território, ou pela obtenção de lucratividade imediata. A racionalidade de ocupação do espaço urbano, reivindicada pelos discursos dos anos 30-40, certamente era aquela fundada em critérios de homogeneidade cultural.

O aumento da população e estabelecimento em núcleos urbanos ou fabris deu lugar a uma série de reformas e a afirmação de regras de convivência estreitamente relacionadas ao hábito do trabalho. O deslocamento do campo e a fixação nas cidades inseriram-se no processo de reconstituição do mercado de trabalho, num movimento que forjou indivíduos capazes de se adequarem à produção fabril. O mercado, produzindo e consumindo objetos e pessoas, tendeu a transformar os homens em mercadorias ou máquinas. Com isso, emergiu nas cidades catarinenses dos anos 30, uma população desenraizada, no sentido mais amplo do termo.

O desenraizamento ou desterritorização significa perda, perda das terras no campo, expropriação constante dos bens dos homens e da sua força de trabalho. Mas ainda, significa alguma coisa que não se refere tão somente à perda de objetos ou coisas palpáveis, envolvendo um processo que atinge o interior dos indivíduos, o seu espírito ou a sua intimidade. Nesse sentido, parece ser possível falar em perda de identidade. Significa abandono dos valores, costumes e comportamentos tradicionais, incluindo a formulação de uma nova ética, de uma nova moral. O desenraizamento, lembrando Simone Weil (1979), atinge o interior dos indivíduos, sub-

metendo-os a um regime de inércia semelhante à morte, como uma perigosa doença, multiplicando-se infinitamente, em desdobramentos que sempre implicam em atos de violência.

A afirmação de uma proposta educativo-assistencialista para Santa Catarina, durante os anos 30-40, constituída como forma de integrar diversas populações ou diferentes culturas a um movimento de caráter nacionalizador, impôs aos habitantes referenciais de conduta vinculados a padrões de homogeneidade. Nesse sentido, grande parte do discurso unificador pautou-se em argumentos que tomaram como base a necessidade de pôr fim às diversidades existentes em Santa Catarina. Para impedir que um *grande mal* - fragmentação, compartimentação, particularismo -, tomasse conta do território e da população catarinense, apontou-se para o fim dos elementos concebidos como desintegradores, na direção de uma educação moderna, civilizada, unificadora e, sobretudo, brasileira.

Em meio à multiplicidade de diferenciadas manifestações socioculturais, intensificou-se o crescimento industrial catarinense entre os anos 20 e 40. Esse crescimento havia atingido, desde a segunda metade do século XIX, as regiões de colonização alemã do Vale do Itajaí e litoral de São Francisco. As mudanças tendem a ser explicadas, numa perspectiva histórico-econômica, com base nos capitais acumulados tanto pelas trocas efetuadas em economias camponesas, quanto pela exploração dos trabalhadores anteriormente ligados a pequenas propriedades domésticas, agropecuárias e artesanais. Tais transformações teriam dado as bases para o surgimento de uma produção alimentar e para o aparecimento de uma produção fabril, têxtil e de mobiliário. A partir da guerra de 1914, desencadeara-se a industrialização da madeira, na região Oeste e Vale do Rio do Peixe, onde o crescimento industrial, até os anos 20, te-

ria sido tão intenso que chegou mesmo a suplantar, em quantidade, a produção do Vale do Itajaí. Nos anos 30 identifica-se uma nova etapa no desenvolvimento econômico de Santa Catarina, sobretudo com um movimento de dinamização da indústria, afirmando-se, fundamentalmente, o ramo metal-mecânico, em Joinville, e a indústria de papel e celulose, no Planalto norte e em Lages.

O empreendimento industrial de Santa Catarina, nesse período, tem sido tradicionalmente estudado e se tem demonstrado, com base nos censos demográficos, que no período entre 1920 e 1940, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 791 para 2.847; o operariado passou de 5.297 para 21.015 e a produção industrial teve 415% de crescimento. O investimento do patronato na indústria catarinense foi bastante intenso, tendo adquirido um significado que nunca antes havia sido verificado na história de Santa Catarina. A importância do volume de capital empregado na indústria, nesses anos, pode ser observada na comparação com o montante aplicado no período anterior. Assim, nos vinte anos citados acima se pode acompanhar um aumento de 776% de capital investido contra apenas 262% no período do início deste século até os anos 20 (CARDOSO, 1960).

Convém ter presente que não somente em termos dos convencionais indicadores de industrialização - capital e força de trabalho - pode-se acompanhar sinais de transformações nas relações de produção em Santa Catarina nesse período. Existem outras possibilidades de apreender as novas relações de trabalho, sobretudo nas fábricas catarinenses, em sua conexão com as cidades e as instituições. Parece ser evidente que as décadas de 30 e 40 representaram um momento particular em que foram ensaiadas formas de aplicação dos princípios de racionalização nas fábricas. Nos jornais da época, são comuns as matérias que

exaltam o *espírito empreendedor* do empresariado, sua *capacidade criadora de indústrias*, sua preocupação com *saúde e a segurança no trabalho*, como evidências da prosperidade nos negócios e progresso da nação. Assim o Jornal A Notícia referiu-se ao comerciante marítimo Adolar Schwarz, de Joinville, que se lançara recentemente ao comércio automobilístico e organizara a Auto do Brasil S.A., como um “exemplo de iniciativa e de capacidade realizadora” (JORNAL A NOTÍCIA, 1942, p. 5). Ainda nos jornais, apareceram discursos que exaltaram a importância da “medicina do trabalho” e das “tecnopatias” como forma de chegar-se a uma “solução final” para a “saúde física e mental do trabalhador”⁴.

Enquanto isso, preocupações com a higiene na alimentação do operariado de Blumenau levaram a Indústria Têxtil Cia. Hering a instalar um “modelar refeitório”, conforme as palavras usadas pelo jornal da época, iniciativa que foi seguida de perto pela Fundação Tupi de Joinville, que veio “atender as exigências técnica mais apuradas”, segundo “um padrão de eficiência no âmbito das realizações em prol da elevação do nível eugênico das populações”⁵. Levanta-se também a possibilidade de adotar a perspectiva de acompanhar a forma pela qual a “gestação de tecnologias disciplinares [...], moldadas a partir da fábrica”, desenhou “o cotidiano da cidade” (CUNHA, 1986, p. 24). As relações do empresariado com as instituições sociais de assistência e isolamento, e sua luta por estender as práticas normatizadoras ensaiadas no espaço fabril aos segmentos populacionais “mais necessitados”, evidenciam-se em matérias como a que tratou do “caráter cívico e humanitário” do industrial joinvillense Hans Jordan, empenhado em “aliviar [...] os males inevitáveis da coletividade” (JORNAL A NOTÍCIA, 1942, p. 5), ou ainda como a notícia que trata da “generosidade dos industriais de Blumenau e Brusque”,

referindo-se às doações que Curt Hering e o Cônsul Carlos Renaux haviam feito a diversas instituições de caridade, sobretudo a hospitais⁶. No mês seguinte, o mesmo jornal publicou outra matéria sobre Carlos Renaux, “grande benfeitor” da cidade de Brusque, evidenciando a sua obra em “defesa da saúde e o progresso espiritual não só dos seus trabalhadores, como de toda a população”⁷.

Um registro das mudanças das condições de vida encontra-se em um outro jornal da época, que, discutindo a necessidade de ser encaminhado um tratamento à impaciência e irritabilidade advindas da *pressa*, discute como a *mania de velocidade* adentrou o cotidiano das populações das cidades catarinenses:

Nunca se deu tanto valor aos segundos ou às frações de segundo como atualmente. Até mesmo as pessoas desocupadas, que perdem horas e horas em conversa fiada, dão extraordinário valor aos segundos. Quando elas se acham dentro de um automóvel impacientam-se, irritam-se. Quando elas tem que dar passagem a outro carro ou quando são forçados a atender a um sinal luminoso também ficam irritadas. Querem correr, voar, chispar! Sofrem o delírio da velocidade! Uma fração de segundo de espera representa-lhes um martírio. Incapazes de controlar os ímpetos, querem estar sempre na dianteira, mesmo à custa da própria vida e do outros [...] (JORNAL CIDADE DE BLUMENAU, 01 de out. 1941, p. 1).

Esse novo ritmo, impresso à vida das cidades, revela que o sucesso individual e o progresso passavam a ser regulamentados por normas de uso do tempo, dadas pela produção. O respeito ao horário, o controle do tempo gasto, a condenação ao hábito de ver simplesmente o tempo passar e ao desperdício do tempo, impôs-se ao cidadão como extensão da disciplina fabril. O tempo passou a significar dinheiro e, como tal, deveria ser poupado, consumido ou comercializado.

Esta modernidade também implicou num conjunto de discursos e práticas orientados para obter um minucioso controle da população não apenas pelo aparelho burocrático-estatal. Tal controle evidenciou-se durante a campanha nacionalizadora do governo Nereu Ramos, que considerava urgente a criação de dispositivos que prestassem auxílio ao governo para proceder investimentos na produção de um saber sobre essa sociedade. Essa *adaptação* nas formas de gerenciamento da sociedade catarinense, frente à nova situação nacional e à emergência de questões ligadas aos setores populares, pautava-se na percepção de que *povo*, *massa* ou *trabalhador* existiam e, como tal, não podiam ser ignorados. A urgência era conseguir manter, sob tutela, massas urbanas que cresciam vertiginosamente.

Foi uma conjuntura em que a *população* passou a aparecer aos olhos das autoridades governamentais de Santa Catarina: um momento particular, em que foi registrado um crescimento significativo da massa urbana, junto com uma *tomada de consciência*, pelos governos, de que teriam que lidar com essa nova realidade⁸. A *população* adquiriu o caráter de um problema de ordem econômica e política: ela precisava ser *conhecida* em sua especificidade e gerenciada a partir de técnicas apropriadas à emergência desse fenômeno. Essas técnicas, dotadas de *cientificidade*, utilizavam variáveis capazes de dar conta desse novo objeto e conferir à população uma configuração que conviesse à modernização catarinense, conferindo-lhe "riqueza, mão-de-obra ou capacidade de trabalho" (FOUCAULT, 1982). Desta forma, tornou-se urgente apreciá-la a partir de referenciais que tratassem do seu crescimento, da sua vida, da sua miséria, dos seus hábitos e comportamentos. Na preocupação em manter um certo equilíbrio, entre o aumento da população e as formas de adaptação a uma realidade considerada como situação de modernidade, inse-

ria-se a razão deste investimento: a população deveria ser governada a partir de controles necessários ao processo produtivo, às novas formas de sociabilidade e às demais instituições.

O governo reorganizou-se voltado para a população, alvo das suas observações e do seu saber. O planejamento governamental racionalizado teve, como finalidade última, atingir essa população, que se constituiu como um objeto sobre a qual emergiu uma tecnologia específica de poder. Nesse sentido é que um trabalho referente ao litoral catarinense fez um levantamento dos discursos que, na Primeira República, tenderam a desqualificar as populações descendentes da imigração açoriana, tomando-as como *indolentes, atrasadas, incapazes, doentes*. A produção de uma imagem negativa do habitante do litoral foi atribuída, nesse trabalho, a uma elite que aspirava promover uma remodelação modernizadora do espaço urbano, que passaria, necessariamente, por mudanças nos hábitos tradicionalmente conservados pelas populações. Como esse trabalho refere-se à cidade de Florianópolis, é ali que se identificou o surgimento de um segmento da população com anseios de ascensão social, como parte de um movimento de diversificação social advindo da ampliação e crescimento de atividades urbanas, como o comércio, abastecimento de energia, água e saneamento básico (ARAÚJO, 1989).

Diferenciando-se das demais camadas da população e próximos aos ideais de reajustamento social, advogados pelos grupos ligados ao governo, os novos segmentos da capital defenderam valores e concepções reformistas. Influenciados pelo cientificismo, que atingiu as intervenções dos médicos-higienistas e as práticas racionalizadoras que tomaram lugar no espaço urbano catarinense, no início do século, foram promovendo reordenações sociais. O alvo:

as camadas mais pobres das populações litorâneas, visando modificar seus tradicionais costumes e adaptando-as à forma de convívio inerentes à sociedade moderna.

Nesse sentido, pode-se estabelecer relações entre o surgimento de diversas instituições de isolamento em Santa Catarina nas décadas de 30 e 40, com o crescimento das cidades. Assim, a cidade, tomada como lugar onde se desencadeiam relações sociais de um novo tipo, é também o local onde elites e governo estarão permanentemente ameaçados diante de novas concentrações populacionais. Os novos habitantes, que tendem a conservar costumes tradicionais considerados *estranhos* aos hábitos das cidades, serão alvo de políticas regeneradoras e práticas normatizantes. Essas práticas ou políticas, que incidirão sobre aqueles que compunham o quadro cotidiano das ruas das cidades como os pobres, operários, prostitutas, criminosos e vadios, tenderão a concentrarem-se em instituições tais como asilos, prisões, hospícios, etc.

Para atingir os objetivos deste estudo, partiu-se do pressuposto de que através das falas, discursos oficiais e jornais da época, seria possível observar preceitos de conduta normatizadora. Estes teriam se constituído em referenciais que influenciaram o modo de vida dos homens e mulheres das cidades catarinenses. A documentação que se refere às instituições de isolamento criadas no período, constituíram evidências de um investimento regenerador que teve, como alvo, os cidadãos de Santa Catarina. Desta forma, procurou-se investigar, na documentação, imagens de cidadãos que ali apareceram, levantando palavras, metáforas ou depoimentos que se relacionaram, de alguma forma, aos hábitos ou comportamentos. Discutia-se naqueles anos, através dos jornais e falas diversas, se tais comportamentos seriam adequados ou não ao modo de vida urbano e à rotina de trabalho.

A preocupação ao tratar a documentação pesquisada girou em torno da perspectiva de compreendê-la como evidências de embates, de lutas travadas entre segmentos sociais distintos. Neste sentido, discursos emitidos pela imprensa, falas de governantes ou representantes, documentos que criaram, regulamentaram ou reformaram instituições de assistência, foram tomados como sendo indícios da existência, na sociedade, de um jogo complexo de relações. Nesse jogo, entrelaçaram-se práticas de dominação e resistência.

Compreender desta forma a documentação - discursos, dispositivos institucionais, etc. - significa conferir-lhe uma qualidade através da qual é possível trabalhar a presença e a interferência, nos processos históricos, de confrontos de idéias, interesses ou projetos de setores diferenciados da sociedade. O discurso, nesta perspectiva, é tomado como jogo estratégico (FOUCAULT, 1987), capaz de expressar conflitos inerentes às lutas sociais. Desta maneira, as instituições assistencialistas não foram consideradas somente resultado de iniciativas estatais, mas, principalmente, como sendo a concretização de práticas governamentais em relação a aspirações populares e suas demandas (IGNATIEFF, 1987).

As cidades catarinenses foram consideradas lugares onde a possibilidade da emergência de sinais de rebeldia às práticas uniformizadoras, empreendidas pela política nacionalizante de Vargas, estava colocada. Desconsiderando as diversidades culturais existentes nas cidades, o projeto de Vargas estava direcionando suas energias para a invenção de uma nação unificada, homogeneizada e portadora de um único tipo de cidadão adaptado à nacionalidade.

Considerou-se o período 1930-1937, que antecedeu a institucionalização do Estado Novo, como um momento significativo de confrontos entre distintos projetos sociais, defendidos pelos segmentos dominantes. Um dos projetos,

evidenciado em 30, foi construído e fortalecido na luta que conseguiu derrotar os seus adversários: o de um Estado centralizado, forte e autoritário, que justificou sua própria existência na necessidade urgente de construção da *Nação Brasileira*.

Nas cidades de Santa Catarina, o confronto entre diferentes segmentos das elites locais fez-se sentir na batalha travada por partidos e movimentos políticos que se constituíram no período 1930-1935. Esses projetos, que se enfrentaram nos processos eleitorais e divergiram nos momentos de manifestação de suas posições frente às questões que mobilizaram a opinião pública nacional, é um dos eixos que permitem resgatar, de alguma forma, a diversidade de propostas políticas constituintes da sociedade.

Ensaando contrapor, ao mesmo tempo, projetos de dominação política e formas de resistências culturais experimentadas em Santa Catarina nas décadas de 30-40, parece ser possível reconhecer tanto regras, valores e doutrinas afirmadas na sociedade, quanto o comportamento apresentado pelos indivíduos. Comportamento apreendido tanto em termos de submissão, obediência e aceitação dos princípios de conduta, quanto de negligenciamento e resistência a eles.

Quando foi pensada a relação dos cidadãos como instrumentos de reprodução da ordem ou com o aparelho do Estado, estes foram tomados tanto como objetos como também sujeitos da situação. Isto significa que o papel de discriminar, segregar, reprimir ou isolar os indivíduos não foi considerado restrito à ação estatal, mas teve seu limite ampliado para atingir o conjunto da sociedade. Nesse sentido é que a população das cidades catarinenses foi considerada não somente na sua qualidade de receptora de medidas coercitivas que proviriam das determinações do governo Nereu Ramos. Ao contrário, es-

ses cidadãos, ou parte deles, foram vistos como responsáveis pela criação e manutenção de instituições de isolamento e como aqueles que ajudaram a defender, em Santa Catarina, medidas de caráter assistencialista (IGNATIEFF, 1987).

Adotar esta perspectiva significou dar especial destaque ao papel que cidadãos e setores populares aglomerados nas cidades desempenharam, no sentido de interferir junto ao aparelho do Estado, ou às demais instituições, apontando as suas necessidades de proteção em relação a certas condutas. Desta forma, as famílias que habitaram as cidades não estiveram isentas de envolvimento no que se refere à afirmação social de determinados comportamentos ou na estigmatização de outros, bem como na criação de algumas instituições que vieram atender justamente as demandas desses mesmos segmentos. A prática punitiva não foi delegada tão somente ao Estado, na função do cumprimento da lei, porque a população urbana também esteve envolvida na determinação do isolamento ou dos demais castigos. Esse procedimento implicou em tomar tal população como co-produtora de uma ordem moral, capaz de ridicularizar, ou não, certos comportamentos.

O assistencialismo foi aqui tomado como um investimento disciplinador que atingiu não só habitantes das cidades industriais de Santa Catarina, mas que se estendeu, de diversas formas, para os demais espaços, incluindo um esforço no sentido de reordenar o espaço da cidade. A reorganização da vida urbana foi apenas uma das faces do amplo processo educativo que atingiu a população catarinense, durante os anos 30-40. O que buscou-se evidenciar, ao proceder o levantamento da obra assistencialista de Nereu Ramos, é a redefinição das condutas para construir cidadãos ordeiros e úteis às relações sociais em consolidação nas cidades catarinenses.

A forte tendência educativa do projeto assistencialista das décadas de 30-40, que incidiu sobre as cidades, ficou expressa no discurso que cercou as instituições de isolamento, nas falas dos representantes do Estado, das elites e também nos discursos emitidos pela imprensa. Desta forma, além de tratar a obra assistencialista e educativa de Nereu Ramos, vinculada a possibilidades de constituição de cidadãos saudáveis e disciplinados, a pesquisa ocupou-se também da imprensa, acompanhando suas potencialidades de intervenção educativa junto às cidades. Neste sentido, nos jornais, veículos das idéias de alguns segmentos da população e lugar onde aparecem exemplos de bons ou maus cidadãos, foi possível identificar estratégias ou práticas de controle social que incidiram sobre comportamentos. A imprensa ainda foi considerada como lugar de representações de cidadãos que circularam na sociedade da época, porque se percebe-se nos registros, significados distintos atribuídos a diferentes práticas comportamentais.

Os textos selecionados foram aqueles que emitiram opinião acerca da conduta dos indivíduos, capazes de atingir o corpo e a mente dos homens, interferindo nos pensamentos e hábitos, de forma a produzir mudanças nos mesmos. Tais textos apareceram nos jornais da época de maneira pontual e irregular, em meio a grandes discursos, ganhando destaque em matérias sobre assuntos nacionais e internacionais. O caráter difuso das manifestações não impediu a elaboração de um discurso bem articulado na imprensa escrita, acerca da delinquência, malandragem, alcoolismo ou prostituição. Esse discurso foi capaz de estabelecer fronteiras, com os cidadãos catarinenses, acerca de condutas adequadas ou não, à ordem social em construção nos anos 30. Suas falas e imagens, aparentemente descontínuas e causais, não deixaram de evidenciar o caráter estratégico, como sendo uma possibilidade de referenciar padrões de boa ou de má conduta, para a população catarinense.

Pensar desta forma a imprensa, significa encará-la como um grande investimento educativo, constituído a partir de falas formuladoras de imagens e atribuidoras de significados a essas imagens. Falas que prescreveram hábitos, ditaram comportamentos, condenaram atitudes. No que se refere à modificação dos costumes dos cidadãos, os jornais catarinenses foram explícitos em relação à sua intervenção. Os jornalistas dos anos 30-40 demonstraram, através das matérias que publicaram, a convicção em suas potencialidades para interferir, com a população urbana, e a capacidade de antever os resultados de sua ação educativa. Essas dimensões aparecem nas sucessivas campanhas moralizadoras que os jornais catarinenses desencadearam com o propósito de acabar com aquilo que foi tomado como as origens dos males sociais: o jogo, o alcoolismo, a vadiagem, o não-trabalho.

A imprensa catarinense constituiu-se em lugar onde se pode identificar diferenciadas posturas, opiniões e depoimentos acerca de bons e maus cidadãos. Alguns comportamentos, julgados inadequados, estiveram sujeitos ao castigo; outros, parecem ter sido considerados apropriados ao modo de vida urbana. Neste sentido, o contato com a imprensa permitiu perceber, de alguma forma, não somente as condutas desaprovadas ou estimuladas nas cidades, mas também justificativas elaboradas para a consolidação de práticas punitivas ou de recompensa. Tornou-se possível, então, reconstituir uma certa trajetória dos discursos sobre as condutas urbanas e fazer a articulação desses discursos com o exercício de um poder de caráter disciplinador, que incidiu sobre o conjunto da população urbana.

Mesmo que alguns trabalhos perguntem-se acerca dos limites do impacto causado pela imprensa junto às populações urbanas de Santa Catarina nas décadas de 30-40, quaisquer que sejam as argumentações levantadas, elas não

invalidam a relevância da imprensa para a construção de indicativos em torno de dispositivos regulamentadores dos comportamentos dos indivíduos nas cidades. Um dos elementos que assinalam tal relevância, advém do período trabalhado neste estudo. Nos anos 30-40 foi expressiva a utilização, pelo poder instituído, dos meios de comunicação como veículos de propaganda dos projetos governamentais, particularmente durante o Estado Novo. Certamente que o grande investimento na utilização da propaganda, com objetivos políticos, foi sobre o rádio e as manifestações cívicas. Nem por isso a máquina do poder deixou de usar todos os recursos e equipamentos de comunicação como dispositivos de formação e controle de uma opinião pública urbana.

O que cabe considerar é que, independentemente da linha do jornal, do projeto político de cunho liberal ou totalitário, do grupo ou ideologia a qual o jornal possa ter estado vinculado, o confronto de opiniões manifestou-se, não tanto em relação às grandes questões políticas nacionais ou locais mas, acerca dos comportamentos e práticas cotidianas nas cidades. Esta dimensão é que permite reconstituir parte dos embates entre os atores engajados em lutas e movimentos urbanos, cabendo indicar que as incoerências nos depoimentos e as falas contraditórias fazem reconhecer diferentes visões, versões, representações ou projetos de sociedade distintos.

Por ter uma circulação diária e exercer um poder vigilante, traduzido na existência de um olhar permanentemente fixado na vida dos cidadãos, certamente o jornal foi capaz de produzir intervenções vinculadas às práticas cotidianas do público leitor. Mesmo quando de circulação restrita, o jornal deve ter atuado como uma espécie de eco nas cidades, produzindo, a partir de comentários e repercussões das notícias que veiculou, efeitos de grande alcance em amplos seg-

mentos das populações urbanas. Efetuando um registro das suas práticas e estabelecendo um diálogo em torno dessas, apreende-se a ação pedagógica da imprensa, na modificação de condutas desta população, como se destaca a importância dessa fonte para a compreensão de dimensões das tensões historicamente vivenciadas.

Desta forma, o contato com a imprensa referenciou formas de regulamentação dos comportamentos no meio urbano, permitindo alargar a compreensão da atuação dos jornais, que exercem funções essenciais na reprodução da ordem da cidade, através do impacto causado pelas idéias que veicula. Essa influência é significativa no que se refere à universalização de padrões de conduta e uniformização de valores culturais modernizantes. Os jornais revelam, com as especificidades da época, o movimento que fez o conjunto populacional internalizar padrões e valores pela incidência, sobre os indivíduos, de dispositivos de controle e vigilância. Os depoimentos encontrados nos jornais refletem o esforço de elites dominantes de atuar com eficácia sobre aspectos relacionados à vida cotidiana, como estratégia fundamental para o enquadramento de segmentos urbanos.

Não só a imprensa exerceu ação regulamentadora sobre as condutas dos indivíduos. As falas do interventor, do secretariado e de intelectuais da época, ao emitirem preceitos de caráter moral, constituíram-se em veículos de modificação de comportamentos. Esses discursos, considerados como jogos estratégicos de dominação e resistência, evidenciaram projetos sociais articulados por grupos de atuação política organizados ou não, por categorias profissionais diferenciadas, por representantes dos mais diversos segmentos da população ou, direta ou indiretamente, pelo Estado.

Um trabalho que se inquieta em investigar formas pelas quais foram regulamentadas condições de vida e de trabalho dos catarinenses, procurando resgatar diferentes ima-

gens sobre comportamentos, traduzidos em representações a respeito de um padrão de vida urbano, exige sensibilidade para recuperar, na documentação, fragmentos de discursos que evidenciam práticas concretas. A descrição das falas, nas suas particularidades e a tentativa de reconstituir imagens e projetos distintos, requer atenção sobre a dinâmica dos processos de dominação, apreendendo suas idas e vindas e as políticas disciplinadoras que incidiram sobre o cotidiano da população das cidades de Santa Catarina.

A maneira pela qual as falas foram concebidas, como sendo veículos capazes de produzir efeitos na cidade, orientaram o procedimento com a documentação. A investigação dos conteúdos das falas, a identificação do lugar a qual foram emitidas, de seus interlocutores, o que condenavam ou aprovavam, fez parte deste procedimento. Questões sobre o que foi dito, de por que foi dito, do que representaram certas falas evidenciam relações de poder inerentes a elas. Este procedimento implica na compreensão da forma como os discursos, sendo evidências de verdades, constituíram-se historicamente. Permite problematizar a produção de verdades na história. Assim, o discurso normativo, ou aquele que emite preceitos e regras de conduta, pautado em princípios de racionalidade, parece ser um lugar em que é possível apreender onde, e a partir de quais critérios, a verdade é historicamente produzida.

A experiência do historiador, com a documentação, no sentido de apreender como se produziram elaborações acerca dos corpos e comportamentos dos cidadãos, levou ao procedimento de permanentes interrogações a respeito das intenções que envolveram a construção dos discursos, do por que e com qual finalidade foram elaborados, e qual situação envolveu tal elaboração. Este exercício conduz à observação atenta acerca das modificações que se processaram no interior dos discursos e dos mecanismos que orientaram tais mo-

dificações. Neste sentido é que foi trabalhado o interior dos documentos, identificando seu conteúdo, definindo o que poderia, ou não, ser pertinente e estabelecendo relações com os demais conteúdos.

O esforço da análise orientou-se no sentido de expressar o comprometimento e o engajamento político dos participantes do ato social, privilegiando conflitos, embates ou lutas travadas pelos atores sociais em oposição a procedimentos que explicitam harmonias e consensos. O método utilizado apontou na direção de enfatizar contradições inerentes à vida. As divergências, incoerências e conflitos foram salientados, na medida em que a análise deteve-se em observar diferentes versões sobre as condutas nas cidades. Considerou-se apenas uma parte do cenário urbano, evidenciando que não é possível privilegiar todas as interpretações possíveis, mas apenas algumas, em detrimento de outras. Isto significa que a interpretação da história foi construída de uma *determinada* forma.

Refletiu-se também sobre as articulações dos discursos com uma ordem de fatores que se situou fora dele, que delineou algumas lutas travadas por segmentos diferenciados da sociedade. Isto ocorreu na medida em que foram identificadas incoerências nos depoimentos, bem como diferentes versões ou pontos de vista acerca de certas situações. As tensões ou conflitos sociais foram apreendidos na forma de tentativas de estigmatizar padrões de comportamento, de estratégias de controle social empreendidas por agentes policiais, jurídicos e pelo Estado, ou sob forma de oposição ou resistência aos dispositivos de controle.

As formas de resistência ou contestação foram apreendidas a partir da própria documentação existente, traduzida nos depoimentos de pessoas identificadas com camadas populares, sob a forma de insatisfações com as repercussões das medidas regulamentadoras, com os efeitos das práticas de controle

no trabalho e na vida em geral. Além de apreender as manifestações de resistências que apareceram sob a forma de contradiscursos, as falas demonstraram estranhamento, emitiram regulamentações ou propugnaram diferentes regras de conduta. Apontaram também para a existência de uma dinâmica na sociedade que parece ter-se orientado em sentido contrário àquele ao qual os discursos normatizadores empreenderam tentativas de afirmar. Desta forma, as constantes recorrências da imprensa e dos demais discursos da época, na direção da necessidade de acabar com certas práticas comportamentais ou em regulamentar certas condutas - como por exemplo, nas permanentes campanhas contra o jogo ou o alcoolismo -, evidenciaram que tais práticas foram consideradas desapropriadas para a consolidação de um certo tipo de disciplina nas cidades.

A resistência e a desobediência foram trabalhadas a partir da percepção das estratégias que os discursos da época utilizaram como forma de alcançar uma maior eficácia no que se refere à produção de efeitos imediatos, permanentemente voltados para a modificação dos hábitos e costumes da população. Uma mudança instantânea de estratégia aponta para a ineficiência de outras anteriormente utilizadas, explicitando talvez a necessidade de tal mudança. Da mesma forma, a contínua recorrência a uma mesma imagem, acerca de hábitos ou comportamentos aceitáveis ou reprováveis, levou a levantar possibilidades de ter sido reforçada alguma estratégia, anteriormente utilizada, na perspectiva de que os resultados de sua ação se fizessem presentes de forma mais imediata.

A percepção das formas de resistência nesse trabalho, não se vinculou tão somente a preocupações ligadas a movimentos organizados pela população, partidos ou outras formas de associação. Procurou-se observar formas cotidianas de resistência, fossem essas individuais ou coletivas, fundamentalmente aquelas manifestadas sob forma de indisciplina.

O significado dessas afirmações não é o de que criou-se uma nova metodologia no decorrer da pesquisa, deixando-se envolver tão somente pela experiência obtida junto à documentação utilizada. Ao contrário, foi dado início aos trabalhos de investigação histórica com base em alguns pressupostos teóricos e algumas orientações de caráter metodológico previamente delimitadas. Entretanto, durante todo o tempo, esteve-se atento para as necessidades que foram aparecendo, no decorrer da pesquisa, de indagar pressupostos e reformular a metodologia proposta inicialmente.

A intenção foi travar com o documento um diálogo que, resultante do esforço por compreendê-lo nas suas particularidades, atingisse um nível de percepção capaz de possibilitar a emergência, no decorrer da pesquisa, de novos conceitos, novas técnicas e até mesmo novos objetos. Afastando um procedimento que recolhe, justapõe e repete o documento evidenciando as continuidades na história, a preocupação foi a de tentar apreender momentos de ruptura, a partir dos quais pareceu possível conceituar o objeto de investigação. Este objeto foi redefinido na medida em que o trabalho desenrolou-se, com o aparecimento de novos enunciados, novos conceitos, novas estratégias de dominação.

Referenciados nos pressupostos aqui adotados, percorreu-se, na primeira parte deste trabalho, representações construídas na época acerca da situação de dispersão do espaço e das populações catarinenses. Procurou-se acompanhar a maneira pela qual os discursos elaboraram, permanentemente, uma espécie de decomposição da realidade, para remontá-la em seguida, num movimento de síntese, que afirmou uma nova ótica diante dessa mesma realidade. Essas imagens, configuradas sobre fragmentos de diversidade, dispersão e diferenças de formas de ocupação do espaço e de padrões de conduta, formularam, ao mes-

mo tempo, uma recomposição do real. Afirmando os pressupostos de uma nova moral, a partir da qual seria edificada uma nova ética, constituía-se, pouco a pouco, em Santa Catarina, traços de um perfil de cidadão. Desta forma, buscou-se não só resgatar esforços dependidos no sentido de promover a integração do território, mas a atenção para as possibilidades apontadas pelas falas, de forjar uma identidade homogênea. Assim, partiu-se da constatação da diversidade cultural dos grupos populacionais catarinenses, para apreender como foi construído um referencial de cidadão ideal, moderno e catarinense por excelência.

Acompanhou-se a maneira pela qual a força centralizadora do Estado Novo fez-se presente em Santa Catarina, sob a forma de tentativas de empreender um movimento homogeneizador sobre as cidades da época, movimento que tanto adquiriu o caráter de integrar as atividades econômicas de Santa Catarina, quanto de promover uma espécie de unificação dos hábitos e comportamentos de sua população. Entretanto, essa tendência unificadora do Estado catarinense, nas décadas de 30-40, não conseguiu encobrir experiências históricas vivenciadas em Santa Catarina, no processo colonizador, e traduzidas na pluralidade de manifestações econômicas, sociais, culturais, políticas e comportamentais. Nesse sentido, trabalhou-se dimensões da história de Santa Catarina, nessas décadas, observando como constituíram as tendências centralizadoras (ou unificadoras), que apontaram na direção da necessidade de construir a nação brasileira, e de que forma essas tendências chocaram-se com uma realidade atravessada pela diversidade, heterogeneidade de ocupações espaciais e expressões culturais.

Procedendo levantamento das práticas empreendidas pelo governo Nereu Ramos no sentido de integrar o espaço e as populações catarinenses, a pesquisa deteve-se na segunda parte do trabalho, naquelas que se manifestaram sob

a forma de assistência. Acreditou-se que as práticas estiveram direcionadas para modificar, unificar e normatizar hábitos e comportamentos.

Na direção aqui apontada, a intenção da pesquisa é resgatar alguns discursos que envolveram a obra assistencialista de Nereu Ramos, evidenciando seu caráter educativo-disciplinador, seus efeitos sobre os cidadãos de Santa Catarina. Trabalhou-se, prioritariamente, com falas que fizeram emergir serviços de assistência e instituições de isolamento. Esse exercício levanta possibilidades de estabelecer relações entre práticas assistencialistas e crescimento das cidades, acompanhando, na documentação, a maneira pela qual as políticas de assistência em Santa Catarina podem ter deixado de ser um sistema de ajuda aos pobres, para converterem-se num instrumento a serviço da consolidação da cidadania.

Neste sentido, as práticas assistencialistas implantadas em Santa Catarina, durante o governo Nereu Ramos, foram tratadas, por um lado como investimento do Estado com a sociedade, na direção do reordenamento do cotidiano da população e da normatização de comportamentos nas cidades, e, por outro, como forma de atendimento às demandas provenientes dos cidadãos. Assim, o assistencialismo, enquanto dispositivo de controle social, foi considerado não somente interesse de segmentos sociais distintos, fossem esses pertencentes às elites ou aos setores populares. A população apareceu em sua face segregadora e discriminadora, na medida em que a ela foi atribuída uma parcela das responsabilidades pelas formas de isolamento, e, até mesmo, pela prática punitiva, levando em conta que essa mesma população tendeu a introjetar e a ajudar a manter, permanentemente, os comportamentos socialmente aceitáveis e os princípios de disciplina social que perpassaram a sociedade como um todo.

Desta forma, quando num outro momento da pesquisa voltou-se atenção para transformações operadas no espaço escolar, a reflexão não se restringiu apenas à tentativa de superar uma visão de escola como instituição transmissora de conhecimento, para afirmar a noção de vigilância permanente, com vistas a promover uma adequação dos comportamentos ou a domesticação do caráter dos alunos. O exercício feito nesta investigação foi de vincular práticas educativas, empreendidas na instituição escolar, com os demais investimentos levados a efeito nas cidades. O grande investimento na rede escolar catarinense, foi, assim, relacionado ao crescimento das preocupações do Estado e da sociedade em criar, ampliar e diversificar instituições tais como asilos, prisões, hospícios, casas para menores e regulamentar os prostíbulos. O mesmo movimento moralizador das cidades, que atribuiu um novo significado à miséria, condenando os desempregados, inconformados e desadaptados que vagavam pelas ruas, foi o que reforçou o internamento dos indivíduos nas instituições. Nesse processo, a escola ganhou importância como mais um lugar possível de promover a conformação dos indivíduos, garantindo-se, no espaço urbano, a disciplina necessária às novas formas de cidadania.

Notas

1 As cidades de Santa Catarina que mais cresceram nesse período foram as da região do Oeste, sobretudo em decorrência das migrações. Entre os anos de 1920 e 1940, Canoinhas, Campos Novos e Chapecó apresentaram aumento populacional de 126%, 222% e 311% sucessivamente. Algumas cidades do sul como Tubarão e Araranguá, bem como Lages, maior cidade do planalto, tiveram sua população aumentada em cerca de 50% (IBGE. *Sinopse Estatística do Estado*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940, p. 159-163/IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p. 518-526).

2 Na década de 30 intensificou-se o estabelecimento de migrantes na zona Oeste

Catarinense. Essa população provinha, fundamentalmente, do Rio Grande do Sul e constituiu-se em frentes pioneiras colonizadoras, que ocuparam a região próxima aos rios Uruguai e Iguazu. Destacada na historiografia catarinense pela sua descendência ítalo-germânica-brasileira, os gaúchos parecem mesmo ter trazido novos hábitos, costumes e comportamentos para Santa Catarina, motivo pelo qual o governo da época voltou suas atenções para a necessidade de “integrá-los à realidade catarinense”.

3 Uma notícia no jornal *A Gazeta de Florianópolis* evidenciou como as linhas telefônicas, que já atendiam as regiões norte e sul de Santa Catarina, estavam sendo estendidas para a zona da serra (Bom Retiro, Lages, São Joaquim, Curitiba-banos, Campos Novos e Cruzeiro), pretendendo atingir também a zona Oeste Catarinense. A matéria ressalta os “inestimáveis serviços [...] prestados (pela) [...] Companhia Telefônica Catarinense [...] (para) o comércio e a indústria da nossa terra” (*JORNAL A GAZETA*, Florianópolis, 21 de mar. de 1940, p. 1).

4 Idem, 21 de fev. de 1949, p. 6.

5 Idem, 07 de mar. de 1943, p. 41.

6 Idem, 24 de fev. de 1943, p. 7.

7 Idem, 11 de mar. de 1943, p. 4.

8 Sobre o crescimento das cidades catarinenses nesse período, ver nota 2. O crescimento do operariado, segundo pudemos concluir a partir dos dados apresentados, foi de aproximadamente 300% (CARDOSO, 1960). Quanto ao crescimento total da população catarinense, entre os anos de 1920 e 1940, foi de aproximadamente 76% (IBGE, 1955).

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1989. (Dissertação de Mestrado em História).

CAMPOS, C. M. Nacionalismos, diversidades, identidades no sul do Brasil: proibição da língua estrangeira na era Vargas. In.: *Percurso da memória: construções do imaginário nacional*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

_____. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In.: *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

_____. Identidades e diversidades no Sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In.: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis: ANPUH/UFSC, Imprensa Universitária, v.7, 1999.

____. O imaginário nacionalista em Silvio Romero: a questão do Contestado. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: Editora da UFSC, v.16, n.23, 1998.

____. O "lugar" do real no pensamento de Baudrillard. In.: *Revista Catarinense de História*. Florianópolis: Insular, v. 4, 1996.

____. Do controle social à produção da verdade: uma investigação em Foucault e no pensamento marxista. In.: *Ágora: Revista da Associação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, v.15, 1992.

____. Controle e normatização de condutas: instituições disciplinares em Santa Catarina. In.: *Boletim de pesquisa: Programa de Estudos Pós-Graduados em História*. São Paulo: EDUC/Editora da PUC-SP, v.2, 1991.

____. Estratégias de dominação nos anos 30: Estado e movimentos sociais. In.: *Revista Catarinense de História*. Florianópolis: ANPUH-SC, v.1, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis. In.: _____ & IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1960.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

IBGE. *Estado de Santa Catarina*. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1955.

____. *Sinopse Estatística do Estado*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940.

____. *Recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras; um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 7 (15), p. 185-193, mar./ago. 1987.

JORNAL A GAZETA, Florianópolis, 21 de mar. 1940.

JORNAL A NOTÍCIA. Joinville, 19 de abr. 1942.

JORNAL CIDADE DE BLUMENAU. Blumenau, 01 de out. de 1941.

WEIL, Simone. (Org. Ecléa Bosi). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Abstract

The urban can be thought in an institutional perspective. This is the central question in this article. In this way, the practices adopted in the disciplinable institutions of assistance in the Nereu Ramos Government, such as hospitals, prisons and houses for children, had their effects for beyond of their isolated walls, touching the cities' movement and shaping their spaces in a new dynamic.

Key Words: Assistance, cities, discipline.

